

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL

Estudo Sobre a Formação Social Brasileira e seus Impactos no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - UFOP.

MARIANA-MG 2023



A equipe

PET CONEXÃO DE SABERES



TUTORA: KATHIUÇA BERTOLLO
PETIANOS(AS): ALICE DA CONCEICAO
SILVA MEDEIROS
ARTHUR RIBEIRO MARQUE
BEATRIZ COSTA FERREIRA DA SILVA
BIANCA EVELYN FONSECA DE ALMEIDA
CAMILLE ALVES
CLARA KEFI DE BARROS PINTO
EDUARDA CAROLINE ROLAO
JULIA VIRGINIA VIEIRA
LUÍS FELIPE MONTEIRO
LIVIA SALLES PEREIRA
LUDMILA RESENDE BARBOSA
TAMIRES ASSUNÇÃO FERNANDES

Cota Não É Esmola

Canção de Bia Ferreira

Existe muita coisa que não te disseram na escola
 Cota não é esmola
 Experimenta nascer preto na favela pra você ver
 O que rola com preto e pobre não aparece na TV
 Opressão, humilhação, preconceito
 A gente sabe como termina, quando começa desse jeito
 Desde pequena fazendo o corre pra ajudar os pais
 Cuida de criança, limpa casa, outras coisas mais
 Deu meio dia, toma banho vai pra escola a pé
 Não tem dinheiro pro busão
 Sua mãe usou mais cedo pra poder comprar o pão
 E já que tá cansada quer carona no busão
 Mas como é preta, pobre, o motorista grita: Não!
 E essa é só a primeira porta que se fecha
 Não tem busão, já tá cansada, mas se apressa
 Chega na escola, outro portão se fecha
 Você demorou! Não vai entrar na aula de história
 Espera, senta aí, já já dá uma hora
 Espera mais um pouco e entra na segunda aula
 E vê se não atrasa de novo, a diretora fala
 Chega na sala, agora o sono vai batendo
 E ela não vai dormir, devagarinho vai aprendendo que
 Se a passagem é 3, 80 e você tem 3 na mão
 Ela interrompe a professora e diz: 'então não vai ter pão'
 E os amigos que riem dela todo dia
 Riem mais e a humilham mais
 O que você faria?
 Ela cansou da humilhação e não quer mais escola
 E no natal ela chorou, porque não ganhou uma bola
 O tempo foi passando e ela foi crescendo
 Agora na rua ela é a preta do sovaco fedorento
 Que alisa o cabelo pra se sentir aceita
 Mas não adianta nada, todo mundo a rejeita
 Agora ela cresceu, quer muito estudar
 Termina a escola, a apostila, ainda tem vestibular
 E a boca seca, seca, nem um cuspe
 Vai pagar a faculdade, porque preto e pobre não vai pra USP
 Foi o que disse a professora que ensinava lá na escola
 Que todos são iguais e que cota é esmola
 Cansada de esmolos e sem o dim da faculdade
 Ela ainda acorda cedo e limpa três apê no centro da cidade
 Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
 Cé vai ver como são diferentes as oportunidades
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo
 Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo!
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo
 Que isso é vitími, que isso é vitími, que isso é vitimismo
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo
 Não bote a culpa em mim pra encobrir o seu racismo!
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo
 Que isso é vitími, que isso é vitími, que isso é vitimismo
 São nações escravizadas
 E culturas assassinaadas

É a voz que ecoa do tambor
 Chega junto, venha cá
 Você também pode lutar, eil
 E aprender a respeitar
 Porque o povo preto veio pra revolucionar
 Não deixe calar a nossa voz, não!
 Não deixe calar a nossa voz, não!
 Não deixe calar a nossa voz, não!
 Revolução
 Não deixe calar a nossa voz, não!
 Não deixe calar a nossa voz, não!
 Não deixe calar a nossa voz, não!
 Revolução
 Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
 Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai, é
 Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
 Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai
 E é peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 Peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 Aberto, espadachim do gueto, nigga
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
 Vamo pro canto onde o relógio para
 E no silêncio o coração dispara
 Vamo reinar igual Zumbi, Dandara
 Odara, Odara
 Vamo pro canto onde o relógio para
 No silêncio o coração dispara
 Odara, Odara, eil
 Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
 Você vai ver como são diferentes as oportunidades
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo
 Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo
 Existe muita coisa que não te disseram na escola
 Cota não é esmola!
 Cota não é esmolal
 Cota não é esmolal
 Cota não é esmolal
 Eu disse: Cota não é esmolal
 Cota não é esmolal
 Cota não é esmolal
 Cota não é esmolal
 São nações escravizadas
 E culturas assassinaadas
 É a voz que ecoa do tambor
 Chega junto, venha cá
 Você também pode lutar, é
 E aprender a respeitar
 Porque o povo preto veio revolucionar
 Cota não é esmolal!

Breve contextualização sobre a pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida pelas equipes que compuseram o Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes, do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), campus Mariana, no decurso das suas últimas duas conformações: a primeira, sob supervisão do professor Dr. Paulo Roberto, ocorrida entre 2020 a abril de 2023, e a segunda, sob orientação da professora Dra. Kathiúça Bertollo, com início em maio de 2023 e em prosseguimento.

Importa destacar que: I - esta pesquisa decorreu de articulação e trabalhos a partir de grupo de estudos sobre a formação social brasileira conduzido pelo então tutor professor Paulo, II - nenhum membro da equipe que iniciou a pesquisa está atualmente no PET, o que trouxe inúmeros desafios para a atual equipe na finalização deste estudo, que consideramos importante e portanto, necessário de ter um desfecho, mesmo que com limitações; III - seu desenvolvimento é influenciado pelo período pandêmico, ensino e trabalho remoto e pelas dificuldades de retomada do presencial no ICSA.

Introdução

Pensar a universidade como um espaço público e gratuito, requer que compreendamos como este local vem se transmutando ao longo do tempo, e mais que isso, requer que resgatemos o seu principal e necessário objetivo: atuar na realidade tendo em vista o aperfeiçoamento do território onde se está inserida. Além disso, requer que travemos um diálogo contínuo com a comunidade, a fim de socializarmos os conhecimentos construídos na academia, como também nos nutrirmos da sabedoria da população local.

Neste cenário, entendemos que é de extrema importância partir da interpretação sócio-histórica brasileira, para que possamos analisar os impactos concretos que vivenciamos no atual contexto societário. Nesse sentido, a busca pelas raízes que compõem a nossa cultura, relações sociais e modo de produção é indispensável, uma vez que estas variáveis interferem de modo incisivo na leitura da realidade material.

À vista disso, recuperamos as reflexões realizadas por Florestan Fernandes que ao longo da sua trajetória como escritor, pesquisador e docente, relata as batalhas travadas para manter e estimular o pensamento crítico em instituições engessadas pela bibliografia européia, como também, reforça o compromisso que precisamos dispor para se posicionar a favor das classes oprimidas, grupo pelo qual historicamente sofre com uma estrutura econômica e social que as atormentam e as destroem.

“[...]O meu estado de espírito fez com que o professor universitário falasse em nome do filho da antiga criada e lavadeira portuguesa, o qual teve de ganhar a sua vida antes mesmo de completar sete anos, engraxando sapatos ou dedicando-se a outras ocupações igualmente degradadas, de maneira severa, naquela época.” (Fernandes, 1962, p. XIX *apud* Rodrigues, 2020, p.75)

Florestan construiu um vasto conhecimento tomando como base a formação social brasileira e os dilemas enfrentados pelo país. Destaca-se a sua participação na Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública, realizada em São Paulo no dia 5 de maio de 1960 e sua análise perante a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961. “Para o sociólogo, prevaleceu

o descaso pela educação popular, a irresponsabilidade política e a indiferença quanto aos destinos da nação. Tratava-se de uma conspiração muda contra a democracia e o progresso tecnológico, econômico e social do país” (Rodrigues, 2020, p.80).

O autor questionava a falta de recursos maciços para fomentar uma educação pública comprometida com um projeto modernizador que buscasse a superação do subdesenvolvimento e da dependência, e que trabalhasse sobretudo com a autonomia cultural. “Estavam em jogo as possibilidades de negar o subdesenvolvimento e a dependência, superar ou não a dependência cultural relativa. A autonomia cultural relativa só seria possível por meio da educação escolarizada, da ciência e da tecnologia avançada.” (Rodrigues, 2020, p.80).

A partir da premissa de que a educação pública precisa ser universal, ancorada na ciência e na tecnologia socialmente referenciada, nos é colocado como desafio explorar o ambiente acadêmico ao qual estamos inseridos, a fim de identificar e examinar os indivíduos e relações que o compõe para então traçar meios que assegurem que a demanda de todas e todos os sujeitos sejam atendidas, de modo que o ensino de fato impacte de forma positiva a sociedade.

Também se ressalta a importância da universidade, enquanto espaço público financiado pelo governo federal a partir de contribuições advindas da população, efetivar um retorno social a tais investimentos. Para garantir que esse retorno aconteça, se mostra ainda mais necessário um entendimento de quem são as pessoas que compõem o ambiente universitário, de modo a possibilitar a permanência e formação de profissionais qualificados e críticos.

O Programa de Educação Tutorial (PET), como programa que se assenta nos três pilares da universidade pública - ensino, pesquisa e extensão - tem o dever de contribuir para tal entendimento, elencando dados e demandas captadas das e dos estudantes e da comunidade em seu entorno. O PET, instituído na UFOP desde 1992¹,

[...] constitui-se em uma modalidade de investimento acadêmico em cursos de graduação com compromissos epistemológicos, éticos e sociais. Voltado para Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e particulares em nível nacional, com objetivo de apoiar as atividades acadêmicas, integrando ações de ensino, pesquisa e extensão, através de grupos de aprendizagem coordenados por um tutor (KAHHALE *et al*, 2019, p. 593).

O PET rege-se pelo disposto na Lei nº 11.180 de 23 de setembro de 2005, também é normativa que orienta seu funcionamento e existência a Portaria MEC nº 976/2010.

A equipe do PET/Conexão de Saberes do ICSA é composta por 01 tutora e por doze (12) bolsistas dos cursos de Administração, Ciências Econômicas, Jornalismo e Serviço Social. Assume o compromisso com a continuidade das ações desenvolvidas pelo programa através deste relatório de pesquisa com a análise dos dados coletados pela equipe anterior, objetivando compreender acerca da “assistência estudantil” e “política de cotas” e que forma as condições adversas, como insegurança financeira e potenciais discriminações decorrentes de sua modalidade de ingresso recaem sobre o(a) discente no seu ingresso e na sua permanência nos cursos do ICSA.

Todavia, cabe antecipar que, na avaliação da atual equipe, a ausência de perguntas no

¹ Disponível em: <<https://www.prograd.ufop.br/%3Cnolink%3E/pet-programa-de-educacao-tutorial>>. Acesso em: 10 de nov de 2023.

formulário, não permitem neste momento, uma interpretação mais fidedigna e até mais aprofundada às realidades sócio-regionais, étnico-raciais e econômicas investigadas, o que dificultou a interpretação e análise dos dados ora apresentados da forma que nos foi possível. Ainda que com alguns limites, as informações explicitadas pelo formulário respondido pelos(as) discentes foram capazes de subsidiar uma leitura crítica acerca das particularidades que antecederam o ingresso desses e dessas, possibilitando o reconhecimento e a interpretação dessas variáveis.

Objetivo Geral

Compreender acerca da “assistência estudantil” e “política de cotas” e que forma as condições adversas, como insegurança financeira e potenciais discriminações decorrentes de sua modalidade de ingresso recaem sobre o(a) discente no seu ingresso e na sua permanência nos cursos do ICSA.

Objetivos Específicos

- a. Identificar/quantificar/distinguir o perfil dos(as) discentes, no que concerne à sua modalidade de ingresso, isto é, através da “ampla concorrência” ou “política de cotas”;
- b. Reconhecer possíveis constrangimentos/discriminações decorridos(as) da sua modalidade de ingresso;
- c. Identificar/determinar quem são os(as) agentes causadores das discriminações ocorridas;
- d. Reconhecer/quantificar discentes que conciliam o trabalho com seus estudos;
- e. Conhecer e classificar os tipos de trabalho exercidos pelos(as) discentes, em favor da identificação de seus padrões e suas condições;
- f. Identificar/distinguir os formatos de permanência dos(as) discentes na Universidade;
- g. Compreender a relação de competência entre os "auxílios financeiros" concedidos pela universidade e as "necessidades diversas" dos(as) discentes bolsistas;
- h. Analisar a percepção pessoal dos(as) estudantes no que diz respeito à pluralidade bibliográfica e docente da universidade, em especial, no recorte de cada curso;
- i. Analisar a política de assistência estudantil da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - (PRACE);
- j. Comparar a as necessidades pessoais apontadas pelos(as) discentes com a política de assistência estudantil da PRACE;
- k. Estruturar propostas possíveis às lacunas reconhecidas;

Material e Metodologia

Esta pesquisa insere-se no campo dos estudos que correlacionam as Ciências Sociais Aplicadas. A presente investigação caracteriza-se como quali-qualitativa, pois avalia a relação dinâmica entre os sujeitos, o mundo que os cerca e a pesquisa em si, e vai ao

encontro dos propósitos teóricos e analíticos apontados por Bogdan e Biklen (1994, p.49), ao considerarem que a abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja investigado pela percepção de que nada é trivial e que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo.

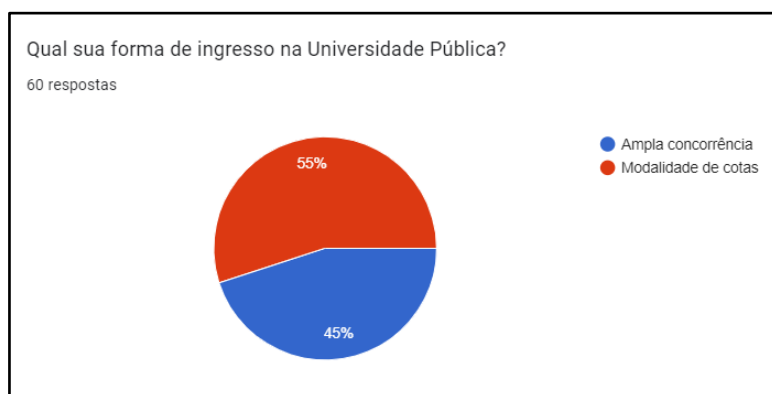
Foram utilizadas como técnicas a pesquisa bibliográfica, a coleta de dados a partir da aplicação de um formulário *online* e a tabulação e análise dos dados obtidos. As análises e discussões dos resultados foram ancoradas nos objetivos propostos.

Do público-alvo estudado

Participaram desta pesquisa 60 pessoas, das quais seu gênero e raça não puderam ser identificados devido à ausência de perguntas concernentes às variáveis em questão. Além disso, não pode-se distinguir o corpo discente do técnico, que potencialmente teve acesso ao formulário e, conseqüentemente, à possibilidade de participação da pesquisa.

Do cenário de modalidades

Gráfico 1 - Das formas de ingresso



Fonte: elaborado pelos(as) autores(as) (2023)

Dos(as) 60 participantes do formulário, 55% ingressaram na universidade por alguma modalidade de cota, o que representa o total de 33 estudantes, enquanto que 45% entraram através da ampla concorrência, o que corresponde a 27 discentes. A política de cotas, consolidada pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, prevê que Instituições de Ensino Superior (IES) e Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio ofertem 50% das suas vagas a estudantes que tenham cursado integralmente (I) o ensino médio em escolas públicas e (II) o ensino fundamental em escolas públicas. Em ambos os casos, 50% dessas vagas deve ser destinada a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, e 50% a autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência), o que corresponde, excepcionalmente, a 25% do total das vagas ofertadas pelas instituições.

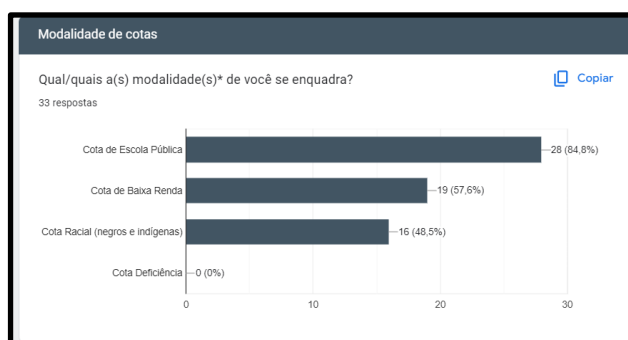
A análise do cenário oportunizado por esta pesquisa possibilitou reconhecer certa equivalência entre a destinação das vagas, sobretudo quando desconsiderados discentes que,

por qualquer motivo, tiveram que abandonar seus estudos. Neste sentido, o grupo estudado indica a eficiência da política de cotas, visto espelhar as porcentagens almejadas pela Lei em questão. Cabe destacar que, não diferentemente das demais IES públicas brasileiras, a UFOP adota, através do Sistema de Seleção Unificado (SISU), a reserva de 50% das vagas nos cursos de graduação, conforme a Lei nº. 12.711/2012, tratando-se, como indicado em seu website² de uma política de Ação Afirmativa, que tem como principal objetivo compensar aqueles que factualmente sofreram com a desigualdade de oportunidades.

Dos(as) participantes que ingressaram por meio das políticas de cotas

Dos(as) 33 estudantes que ingressaram por meio das políticas de cotas, 84,8% indicaram a modalidade de escola pública, o que corresponde a 28 participantes, 57,6% por motivo de baixa renda, o que representa 19 pessoas, 48,5% autodeclarados pretos, pardos e indígenas, o que traduz-se em 16 discentes e não houve participantes que ingressaram em vagas destinadas às pessoas com deficiência (PCD).

Gráfico 2 - Das modalidades de Cotas



Fonte: elaborado pelos(as) autores(as) (2023)

A análise deste cenário evidencia que dos 33 participantes que ingressaram por meio das políticas de cotas, 28 frequentaram integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, o que demonstra novamente a necessidade de haver vagas destinadas a este público, sobretudo quando a segunda estimativa é analisada, isto é, que 19 das 33 pessoas possuem baixa renda, demonstrando que 57,6% deste público esteve (ou permanece) em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A análise permitiu, ainda, a identificação de 16 discentes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, o que corresponde a quase metade (48,5%) dos(as) entrevistados(as) neste recorte.

Considerando a destinação das vagas, previstas na Lei supracitada no tópico anterior, conclui-se que há correspondência, quase proporcional, às destinadas às pessoas de baixa renda e às autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas, dado este que não equivale às pessoas com deficiência, não encontradas no recorte deste público.

Cabe destacar que o formulário, fruto desta pesquisa, possibilitou aos(as) participantes múltiplas escolhas quando questionados(as) sobre sua modalidade de ingresso, o que dificultou esta equipe identificar, só para citar um exemplo, discentes que ingressaram

² Disponível em: <<https://escolha.ufop.br/cotas-para-quem>>. Acesso em 10 de nov. de 2023.

na universidade a partir de duas ou mais modalidades, o que permitiria uma análise mais fidedigna à realidade estudantil do corpo discente estudado.

Dos(as) participantes trabalhadores e não trabalhadores

Dos(as) participantes da pesquisa, 36 pessoas informaram não conciliar seus estudos com atividades laborais, formais ou informais, o que totaliza 60% dos entrevistados. Considerando o total analisado, 40% dos(as) discentes afirmaram estar vinculados a algum tipo de trabalho, o que totaliza 24 participantes.

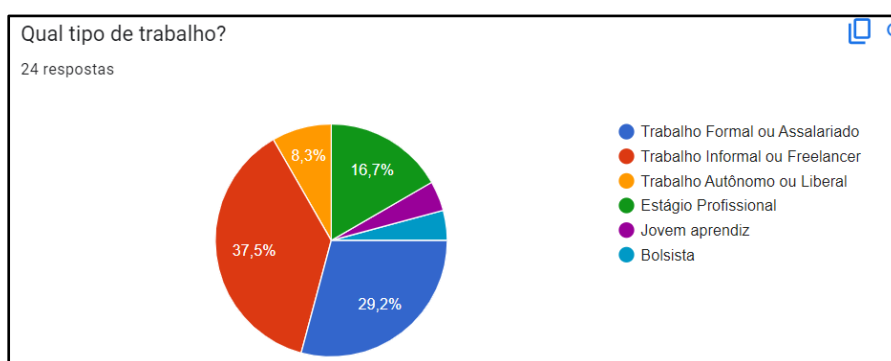
Gráfico 3 - Dos(as) discentes trabalhadores(as)



Fonte: elaborado pelos(as) autores(as) (2023)

Para uma análise mais aprofundada dos dados supracitados, cabe vinculá-los à próxima questão do formulário, concernente aos tipos de trabalho realizados pela parcela estudada:

Gráfico 4 - Das formas de trabalho



Fonte: elaborado pelos(as) autores(as) (2023)

A pergunta acima, desenvolvida com o objetivo de conhecer e classificar os tipos de trabalho exercidos pelos(as) discentes, em favor do reconhecimento de padrões e/ou condições de trabalho, permitiu-nos identificar que, dos(as) 24 participantes trabalhadores(as): 37,5% exercem trabalho informal ou como *freelancer*, o que representa 9 pessoas; 29,2% estão inseridos(as) em condições de trabalho formal ou assalariado,

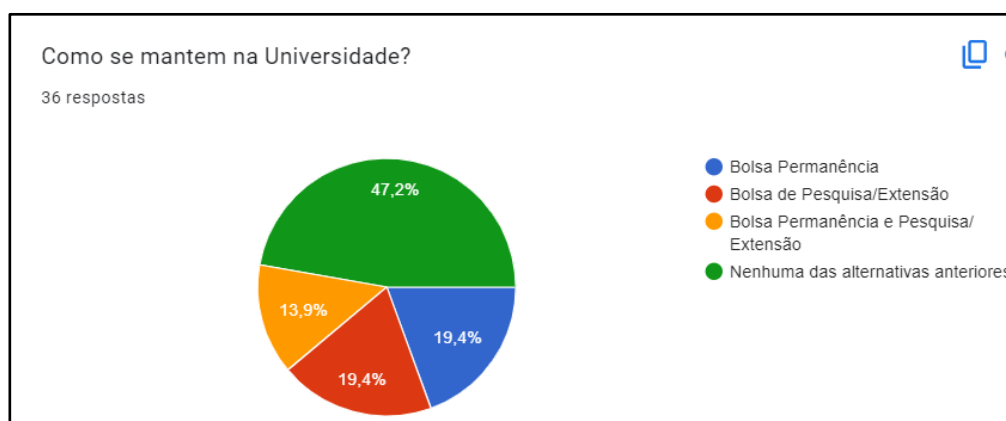
representando 7 pessoas; 16,7% estão vinculados a estágios profissionais; 8,3% trabalham de forma autônoma/liberal; 4,2% trabalha como bolsista/jovem aprendiz, o que representa 1 pessoa para cada uma dessas categorias.

A grande maioria (37,5%) desses(as) trabalha de forma informal ou como *freelancer*. Ainda que o cerne deste dado não tenha sido questionado no formulário, tal condição é crítica, e pode ser fundamentada a partir de algumas questões: (i) concernentes à “mão de obra barata” fornecida por estudantes e aproveitada por estabelecimentos locais, (ii) inerente à conciliação dos estudos com cargas horárias mais exaustivas, muitas vezes necessárias à condição do(a) trabalhador(a) assalariado(a) ou (iii) a questões institucionais, como o recebimento de bolsas vinculadas a programas que impedem os(as) discentes a ter outro vínculo empregatício. A ausência de questões, no formulário, concernentes às observações acima impediu esta equipe de maiores e mais aprofundadas análises.

Mais além, as variáveis “trabalho formal ou assalariado”, “estágio profissional” e “jovem aprendiz” evidenciam duas questões antagônicas: a primeira, sobre o bônus, seja (i) através do reconhecimento institucional, como a contabilização de carga horária daqueles(as) vinculados(as) a estágios profissionais ou (ii) por meio do salário, ora pelo teto do salário mínimo, ora o do jovem aprendiz; enquanto que, a segunda, sobre o ônus, concernente à conciliação, muitas vezes exaustiva, dos estudos obrigatórios com suas responsabilidades trabalhistas.

Outra etapa importante desta análise foi compreender e identificar/distinguir os formatos de permanência desses(as) discentes na Universidade, o que foi possível através da seguinte pergunta:

Gráfico 5 - Da sua permanência na universidade



Fonte: elaborado pelos(as) autores(as) (2023)

Cabe destacar que os dados coletados nos gráficos 2, 3 e 4, quando conciliados, permitem-nos identificar outras lacunas da estruturação do formulário em estudo e análise nesta pesquisa. Sobretudo quando identifica, no gráfico 3, somente um(a) discente que associa sua atividade institucional (como bolsista) à condição de trabalhador(a). Este equívoco fica evidente, principalmente, através da leitura do gráfico 4, que obteve 36 respostas (isto é, o restante dos participantes, ou ainda, aqueles(as) que responderam “não” à primeira pergunta, concernente à sua condição de estudante trabalhador).

Dos(as) 36 discentes entrevistados no gráfico 4, 19 participantes alegaram permanecer na universidade a partir do auxílios oportunizados por bolsas de permanência, pesquisa e/ou extensão, o que representa 52,7%. Destes, 12 exercem alguma atividade de pesquisa e/ou extensão, o que corresponde a 33,3% dos(as) entrevistados(as). Este dado é significativo, pois, sua relação institucional ancora-se nos serviços prestados por esses(as).

A análise dos dados coletados no gráfico 2 permite-nos, ainda, perceber que o total de discentes trabalhadores(as) é quase proporcional ao número de entrevistados(as) que assinalaram pertencer, na sua modalidade de ingresso, às pessoas mais vulneráveis socialmente (57,6%). E compreendendo algum limite do próprio formulário, este dado aproxima-se ainda mais do real, visto que (i) 24 participantes assinalaram possuir algum tipo de trabalho (gráfico 1), enquanto que, dos 36 restantes, 19 alegaram possuir algum tipo de auxílio da universidade para manterem-se nela (gráfico 4). Sendo assim, 43 dos 60 participantes trabalham ou recebem algum tipo de bolsa, o que significa dizer que 71,67% dos(as) entrevistados(as) necessitam aumentar sua renda para sua permanência na universidade.

Das bolsas oportunizadas pela PRACE

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como toda IES pública brasileira, possui órgãos responsáveis por sua administração e seu mantimento. A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), é a unidade responsável por propiciar condições oportunas ao acesso e, sobretudo, à permanência, de estudantes na Instituição, garantindo, dentre outras coisas, o bem estar psicossocial de toda a comunidade ufopiana³.

Para atingir seus objetivos, a PRACE ancora-se, dentre outros, ao seu orçamento e às suas resoluções, a fim de oportunizar, dentro do possível, as condições de acesso e permanência na Instituição, sobretudo através da avaliação socio-econômica de sua comunidade discente. Uma dessas possibilidades consolida-se através das bolsas, que “são programas que visam facilitar o acesso à alimentação e complementação financeira concedidos para o custeio de despesas básicas dos estudantes assistidos, para que eles tenham condições de permanecer na Universidade e se dedicar à vida acadêmica⁴”.

As bolsas possíveis são: (a) **bolsa permanência**, que enquadra o corpo discente agraciado em cinco categorias possíveis: A, B, C, D e E, concernentes à sua condição socioeconômica. Cada uma delas equivale, respectivamente, ao auxílio financeiro de R\$500, R\$400, R\$300, R\$200 e R\$100, depositado mensalmente nas contas dos(as) agraciados; (b) **bolsa alimentação**, que permite aos(às) enquadrados na bolsa permanência a possibilidade de almoçar e jantar gratuitamente nos restaurantes universitários, independentemente de sua categoria; e c) **auxílio transporte**, excepcionalmente aos(às) discentes do curso de Filosofia, cujo departamento encontra-se no centro histórico da cidade, onde não possui restaurante universitário.

A universidade oportuniza, também, vagas em moradias e repúblicas estudantis federais que, ainda que adotem sistemas diferentes, possibilitam a permanência gratuita do corpo discente mais vulnerável socialmente. Àqueles(as) que, além de vulneráveis

³ Disponível em: <<https://prace.ufop.br/apresentacao>>. Acesso em 13 de nov. de 2023.

⁴ Disponível em: <<https://prace.ufop.br/assistencia-estudantil/bolsas-0>>. Acesso em: 13 de nov. de 2023.

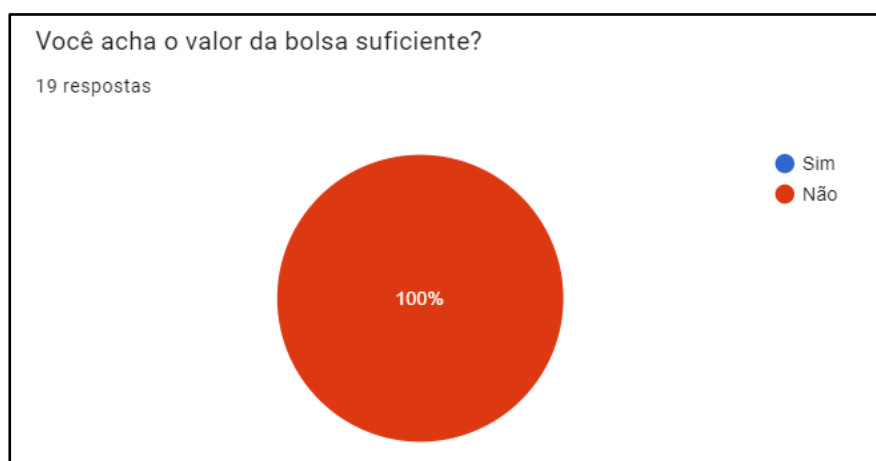
socialmente, pertencem às comunidades indígena e quilombola, é ofertada a bolsa MEC, do Programa de Bolsa Permanência (PBP) do Ministério da Educação (MEC). O programa objetiva

minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica das instituições federais de ensino superior. O SISBP tem como objetivo gerir as ações relacionadas ao PBP, sobretudo, o ingresso de discentes e o pagamento de bolsas (BRASIL, 2013, p.12)

Da percepção pessoal dos(as) discentes sobre a suficiência das bolsas

Para compreender a relação de competência entre os "auxílios financeiros" pagos pela universidade e as "necessidades diversas" dos(as) discentes bolsistas, obteve-se o seguinte dado:

Gráfico 6 - Da suficiência das bolsas



Fonte: elaborado pelos(as) autores(as) (2023)

Todos(as) entrevistados(as) assinalaram considerar os valores das bolsas insuficientes. Porém, inexistem dados concernentes (I) à(s) modalidade(s) da(s) bolsa(s) inerentes à pergunta em questão, (II) ao(s) seu(s) respectivo valor(es), (III) à razão da bolsa, isto é, se provém da assistência estudantil da universidade ou de outros fomentos e (IV), ao perfil dos(as) discentes que responderam à pergunta. Estes e outros dados secundários seriam oportunos à compreensão real do recorte sócio-regional estudado, visto que a inexistência dessas informações impede esta equipe de compreender mais profundamente quais são os *déficits* provindos dessas bolsas, e como, a partir de sua análise, propor melhores formas de alcançar o objetivo desta pesquisa.

Em todo caso, e sobretudo devido à resposta unânime dos(as) discentes, nenhum dos valores recebidos pelos(as) entrevistados é compreendido por eles(as) como suficientes, evidenciando a incapacidade dos valores de suprir suas demandas, sejam elas concernentes às suas necessidades básicas ou não.

Da percepção pessoal do corpo discente

A pesquisa “Estudo Sobre a Formação Social Brasileira e seus Impactos no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA)-UFOP” coletou, para além dos dados quantitativos, as percepções individuais do corpo discente estudado. Cogitamos, assim, expandir os horizontes desta análise e alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa, sobretudo a partir dos reflexos desse recorte discente sobre as questões que o cercam.

A presente pesquisa contou com 5 questões concernentes às percepções pessoais dos participantes, relativas a questões distintas, mas não desconectadas entre si. A primeira delas, analisada brevemente no início desta análise, diz respeito à seguridade do(a) discente no ingresso e na sua permanência na universidade:

Gráfico 7 - Da seguridade de ingresso e permanência



Dos 60 entrevistados(as), 68,3% alegaram não achar possível sua admissão sem o auxílio das políticas de cotas e da assistência estudantil oportunizada pela universidade, o que representa 41 participantes. Dado, este, que destaca a importância desses sistemas, sobretudo sobre sua divulgação junto aos estudantes ainda cursando o ensino médio e sociedade em geral.

Outra questão, objetivou reconhecer possíveis constrangimentos/discriminações decorridos(as) da sua modalidade de ingresso:

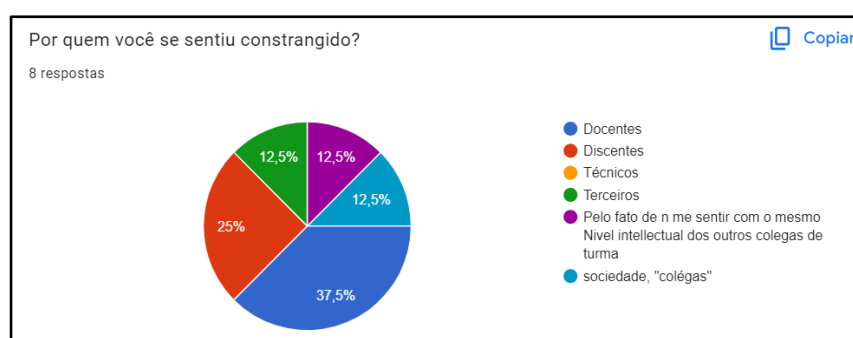
Gráfico 8 - Possíveis constrangimentos decorrentes de sua modalidade de ingresso



Fonte: elaborado pelos(as) autores(as) (2023)

Dos(as) 33 estudantes que responderam à pergunta, 24 assinalaram não sentirem-se constrangidos(as) com sua condição de cotista, o que representa 72,7% dos(as) entrevistados(as). Porém, ainda que em menor proporção, 8 participantes reconhecem em si certo constrangimento pela sua posição, o que corresponde a 24,2%. Somente uma pessoa desconsiderou a aplicação dessa pergunta em sua percepção pessoal. É importante considerar que as respostas podem ser influenciadas por diversos fatores, como experiências individuais, percepções pessoais sobre a política de cotas, contexto social e cultural, dentre outros. A análise mais profunda dos dados acima é possível a partir de outra pergunta:

Gráfico 9 - Agentes causadores do constrangimento



Fonte: elaborado pelos(as) autores(as) (2023)

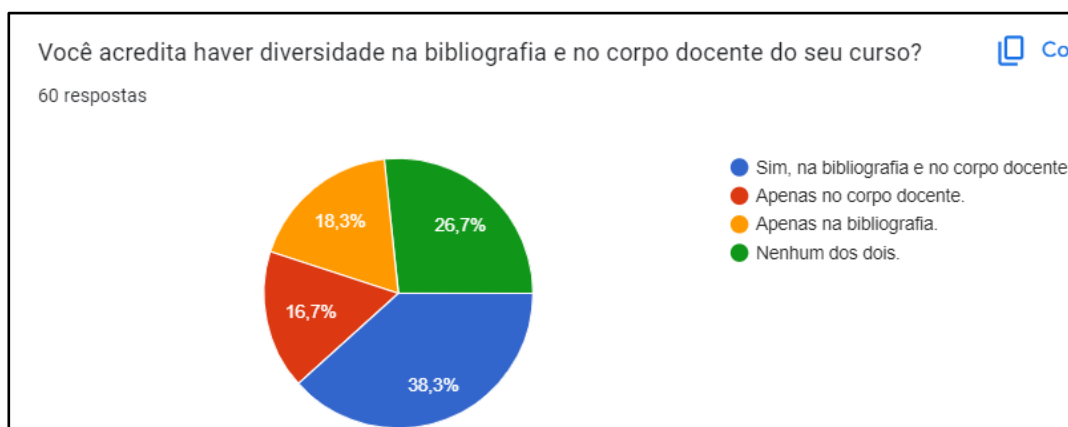
Dos(as) 8 discentes que responderam à pergunta, 3 alegaram ter sofrido algum tipo de constrangimento proveniente do corpo docente do Instituto, o que representa 37,5% dos(as) participantes; 25% identificam, dentro do próprio corpo discente, os agentes causadores desses constrangimentos, o que representa 2 pessoas; enquanto que 3 discentes reconhecem como causadores da coerção sofrida os agentes “sociedade”, “terceiros” e “disparidade intelectual”, respectivamente, o que corresponde a 12,5% cada. Cabe destacar que a “disparidade intelectual”, mesmo não sendo um agente humano, fez-se objeto de estudo desta pesquisa visto poder agir em favor de possíveis constrangimentos. Contudo,

devido à inexistência de perguntas relativas às variáveis “renda” e “escolaridade”, por exemplos, fez-se impossível detectar o cerne da disparidade intelectual reconhecida pelo(a) discente, impedindo esta equipe de maiores análises.

Todavia, é possível identificar que os agentes causadores desses constrangimento pertencem, quase majoritariamente, à academia, isto é, a soma das variáveis “docentes”, “discentes” e “disparidade intelectual” resulta em 75% dos(as) participantes, o que indica haver necessidade de proposições dialéticas dentro do contexto universitário que versem em favor ao desmantelamento desses constrangimentos, injustificáveis no ambiente em questão. Em geral, a análise dessas respostas destaca a complexidade das fontes de constrangimento percebidas pelos respondentes, incluindo aspectos relacionados aos docentes, colegas, percepções de nível intelectual e fatores externos.

Outra análise possível a respeito da percepção pessoal dos(as) discentes é concernente à diversidade bibliográfica e docente dos seus respectivos cursos:

Gráfico 10 - Da diversidade docente e bibliográfica



Fonte: elaborado pelos(as) autores(as) (2023)

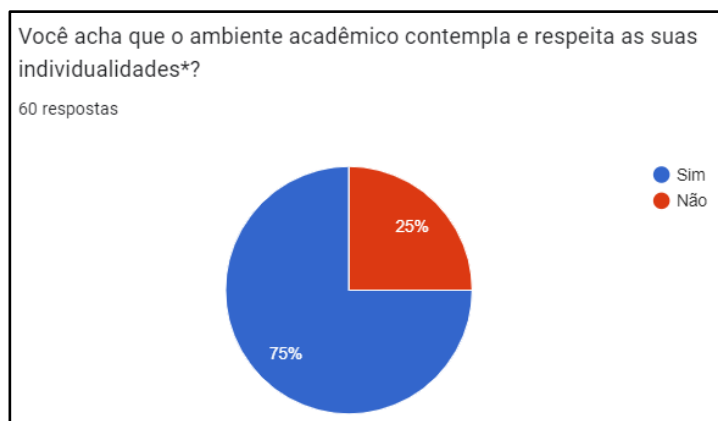
Dos(as) 60 participantes: 38,3% reconhece haver pluralidade no corpo docente e nas bibliografias estudadas, o que representa 23 discentes; 11 pessoas identificam tal diversidade somente nas bibliografias, representando 18,3% dos(as) entrevistados(as); 16,7% acredita haver diversidade unicamente no corpo docente, o que reflete a percepção de 10 discentes; e 26,7% não identifica pluralidade bibliográfica e professoral.

Os dados, ainda que oportunos, provém de uma pergunta que não evidenciou, em nenhum momento, a definição de “diversidade”, que pode, sobretudo no recorte estudado, compreender diversas variáveis, como “gênero”, “raça/etnia”, “religião” e “orientação sexual” do corpo docente, ou mesmo se a pluralidade bibliográfica tende a um currículo mais eurocêntrico, afro-brasileiro, dentre outros possíveis. Ainda que a questão não tenha evidenciado tais diferenciações, a comunidade discente percebe certo padrão nas referências bibliográficas estudadas e no perfil dos(as) daqueles(as) que as impõe, a ponto de não reconhecerem flexibilidade e/ou diversidade nas variáveis estudadas.

A insuficiência de informações impossibilita a proposição de ações mais efetivas que, se obtivesse dados mais concretos, poderia direcionar seu foco a *déficits* específicos, seja no currículo de cada curso ou em sua diversidade docente.

Outra questão oportuna à discussão analisa a percepção pessoal dos(as) discentes sobre a forma como o ambiente acadêmico reconhece e trata as individualidades discentes:

Gráfico 11 - Do respeito e tratamento das individualidades discentes



Fonte: elaborado pelos(as) autores(as) (2023)

Dos(as) 60 participantes, 75% acredita que o ambiente acadêmico contempla e respeita as suas individualidades, o que representa a percepção de 45 discentes, enquanto que 25% dos(as) entrevistados(as), isto é, 15 participantes, não identifica, no contexto proposto, a mesma situação.

O primeiro dado indica que a maioria dos(as) participantes(as) (75%) reconhece que o ambiente acadêmico favorece e respeita suas individualidades. Isso pode significar uma satisfação geral com a atmosfera acadêmica, onde os estudantes se sentem reconhecidos e respeitados como indivíduos em sua singularidade. Os efeitos positivos podem refletir a presença de programas, políticas ou práticas institucionais que promovem a diversidade e a inclusão, demonstrando uma preocupação da instituição em atender às necessidades individuais dos alunos.

Ainda que a maioria esteja satisfeita, 25% dos(as) entrevistados(as), o que corresponde a 15 pessoas, desconsidera que o ambiente acadêmico respeita suas individualidades, o que indica a presença de uma parcela significativa de estudantes insatisfeitos ou que sentem que suas necessidades individuais singulares não estão sendo atendidas. Este dado pode indicar que algumas áreas específicas da instituição necessitam de melhorias, relativas à inclusão, à diversidade e ao respeito às individualidades pessoais do corpo estudantil.

A insuficiência de informações pertinentes aos motivos dessa percepção pessoal dificulta, também, a estruturação de propostas que visem a supressão desses desrespeitos. Em resumo, a análise crítica desses resultados aponta para aspectos positivos, mas também destaca desafios e áreas de preocupação que merecem atenção e ação por parte da comunidade acadêmica. O diálogo aberto e a colaboração entre estudantes e as instâncias cabíveis podem ser fundamentais para criar um ambiente acadêmico mais inclusivo e respeitoso às individualidades.

Propostas possíveis

É importante destacar novamente que o formulário utilizado para a coleta de dados apresentou, em nossa avaliação, algumas lacunas e limitações que impactaram diretamente na abrangência e na profundidade das informações obtidas. Apesar disso, o público discente estudado oportunizou uma interpretação que reflete a realidade sócio-cultural, étnico-racial e econômica, do recorte estudado, ainda que em proporções menores. Neste sentido, algumas proposições assertivas ao objetivo desta pesquisa foram possíveis e listadas abaixo:

- **Programas de Sensibilização e Treinamento:** desenvolver programas de sensibilização e treinamento para docentes, discentes e técnicos, promovendo a conscientização sobre a importância da diversidade e incentivando práticas inclusivas, concernentes às individualidades discentes e, sobretudo, às políticas de cotas;

- **Mentoria e Apoio Psicossocial:** aprimorar (I) o programa de mentoria para estudantes, que oferta, desde o início de 2023, apoio acadêmico à comunidade discente do ICSA, e (II) as ações do NACE (Núcleo de Assuntos Comunitários e Estudantis), órgão ligado à PRACE, que oferece apoio psicossocial à comunidade ufopiana. Destaca-se, aqui, a necessidade do desenvolvimento de ações que visem, especialmente, o apoio para aqueles(as) que se sentiram constrangidos por sua modalidade de ingresso, onde possam ser criados espaços seguros para discussões sobre as experiências acadêmicas.

- **Aprimoramento da Bibliografia:** revisar a bibliografia dos cursos para garantir uma representação mais diversificada de autores e perspectivas enfatizando a importância da teoria, ciência e conhecimento crítico. Incentivar a produção e inclusão de materiais que abordem diversas experiências e realidades, especialmente aquelas que dizem respeito a classe social a que pertencemos, trabalhadora. Aproximação com o território e seus dilemas, bem como com as formas de cultura, conhecimentos e resistências que a comunidade secularmente constrói.

- **Políticas de Inclusão no Corpo Docente:** desenvolver políticas que promovam a diversidade no corpo docente, incentivando a contratação de profissionais de diferentes origens étnicas, sociais e culturais. Implementar processos de seleção que valorizem a equidade.

- **Acompanhamento da Percepção de Constrangimento:** estabelecer canais regulares de *feedback* para avaliar continuamente a percepção de constrangimento entre os(as) estudantes. Esses dados podem informar ações específicas para melhorar o ambiente acadêmico, nessa perspectiva seria fundamental ampliar a equipe técnica da PRACE.

- **Flexibilização de Horários e Políticas de Trabalho:** desenvolver políticas que permitam maior flexibilidade nos horários de aulas e avaliações, levando em consideração os compromissos dos(as) estudantes trabalhadores(as). Incentivar parcerias com entidades sociais, empresas, ONG's e demais instituições para oferecer oportunidades de estágio e emprego flexíveis ao(a) estudante trabalhador(a).

- **Revisão das Bolsas e Assistência Financeira:** revisar os valores das bolsas e expandir programas de assistência financeira para atender às necessidades reais dos(as) estudantes. Considerar a criação de bolsas específicas para estudantes trabalhadores(as). Ressalta-se que o último reajuste das bolsas foi mais do que necessário, porém ainda é insuficiente considerando as particularidades de permanência e sobrevivência no território que é conformado pelo alto preço dos aluguéis, alimentação, vestuário, etc, que tornam o custo de vida altíssimo.

- **Incentivo à Participação em Pesquisa e Extensão:** incentivar a participação do

corpo discente em atividades de pesquisa e extensão, promovendo a distribuição de mais bolsas nessas áreas. Isso não apenas enriquece a experiência acadêmica, mas também pode fornecer fontes adicionais de financiamento e trabalho em articulação com a comunidade.

- **Fomento de Grupos de Estudo e Debates:** apoiar a criação de grupos de estudo e debates sobre diversidade e inclusão. Esses espaços podem promover diálogos construtivos entre os estudantes, auxiliando na compreensão das diferentes realidades presentes na universidade.

- **Aprimoramento das Políticas de Acessibilidade:** garantir que as instalações e recursos da universidade estejam acessíveis a toda comunidade ufopiana incluindo aqueles(as) com deficiência. Desenvolver políticas que promovam efetivamente, e não apenas pró-forma, a inclusão e a acessibilidade em todos os aspectos da vida acadêmica.

- **Conscientização cidadã:** desenvolver grupos instrucionais que versem sobre os direitos concedidos por programas municipais, estaduais e federais, concernentes aos diversos tipos de políticas de assistência social, como o CadÚnico, do Ministério da Cidadania, que beneficia pessoas em situação de vulnerabilidade social. A conscientização sobre a existência deste e de outros programas pode facilitar a permanência dos(as) discentes vulneráveis socialmente, para além das bolsas oportunizadas pela universidade. O grupo pode, também, instruir o corpo discente sobre a importância de sua participação em consultas/audiências públicas, concernentes ao desenvolvimento das leis orçamentárias, como a LOA (Lei Orçamentária Anual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e o PPA (Plano Plurianual), que versam sobre o direcionamento das verbas às demandas almejadas socialmente. A participação ativa deste público pode convencer o poder vigente a direcionar maiores recursos às necessidades estudantis.

- **Monitoramento e Avaliação Contínua:** implementar um sistema de monitoramento e avaliação contínua para medir o impacto das ações implementadas. Esses dados são essenciais para ajustar estratégias e garantir melhorias contínuas.

Dentre outras ações que são possíveis e necessárias na universidade.

Considerações finais

A pesquisa “Estudo Sobre a Formação Social Brasileira e seus Impactos no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - UFOP”, estruturada a partir da análise dos dados coletados de um formulário com 11 questões, revela uma série de dados e questões relevantes e pertinentes sobre a experiência acadêmica dos(as) participantes, destacando tanto conquistas quanto desafios significativos pertencentes ao contexto acadêmico. No entanto, é essencial ressaltar que o formulário utilizado apresentou deficiências em diversos aspectos, o que pode impactar a amplitude e profundidade das conclusões alcançadas neste momento. A falta de dados sobre certas características dos(as) entrevistados(as), bem como nuances nas respostas que demandam uma compreensão mais aprofundada, representa limitações importantes a serem consideradas ao interpretar os resultados.

Dentre os aspectos positivos, destaca-se a maioria expressiva que reconhece a importância da assistência estudantil e da política de cotas para o acesso à universidade, evidenciando a efetividade dessas iniciativas. No entanto, as respostas revelam que, mesmo com esses suportes, uma parcela significativa dos estudantes ainda enfrenta desafios, como constrangimentos percebidos, especialmente em relação ao corpo docente.

As propostas de ações visando melhorias incluem programas de sensibilização, mentoria e apoio psicossocial, revisão da bibliografia e políticas de inclusão no corpo docente. Além disso, a flexibilização de horários e políticas de trabalho, a revisão das bolsas e assistência financeira, e o incentivo à participação em pesquisa e extensão foram sugeridos para promover um ambiente acadêmico mais inclusivo.

Contudo, é crucial reconhecer que a implementação efetiva dessas melhorias requer uma abordagem holística e colaborativa. Monitoramento constante, avaliações regulares e um compromisso contínuo com a diversidade e inclusão são essenciais para garantir que as mudanças propostas se traduzam em benefícios tangíveis para todo corpo discente. Neste contexto, instamos a uma abordagem mais abrangente e detalhada nas futuras pesquisas, com a finalidade de superar as limitações vivenciadas neste percurso investigativo. Isso proporcionará uma visão mais completa das experiências dos estudantes, permitindo a implementação de medidas mais eficazes para promover um ambiente universitário verdadeiramente inclusivo e equitativo e que a universidade pública alcance e cumpra sua função social.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. Dispõe sobre a instituição do Projeto Escola de Fábrica, a autorização a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, a instituição do Programa de Educação Tutorial – PET, a alteração da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, enquanto dá outras providências. Brasília, 23 de setembro de 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111180.htm>. Acesso em: 10 de nov de 2023.

BRASIL. Portaria Nº 389 de 09 de maio de 2013. **Dispõe a criação do Programa de Bolsa Permanência.** Disponível em: <http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf> . Acesso em: 13 de nov. de 2023.

BRASÍLIA. PORTARIA Nº 976, DE 27 DE JULHO DE 2010(*) O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, resolve: Disponível em: Acesso em: <http://sigpet.mec.gov.br/docs/Portaria_976_2010.pdf>. Acesso em: 10 de nov de 2023.

BOGDAN,R; BIKLEN,S. Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

KAHHALE, Edna Maria Severino Peters et al. Rumo aos 25 anos de história do Programa de Educação Tutorial (PET/MEC/SESu) na PUC-SP. Psicologia Revista, v. 28, p. 593-623, 2019. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/download/46816/31313#:~:text=O%20Programa%20Especial%20de%20Treinamento,como%20Programa%20de%20Educa%C3%A7%C4%81o%20Tutorial.>>> Acesso em: 10 de nov de 2023.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. Florestan Fernandes na Campanha em Defesa da Escola Pública: aprendizados sobre a formação social brasileira. In: OKUMURA, Julio

(org.); NOVAES, Henrique Tahan (org.). **A conspiração contra a escola pública**. 1ª edição. São Paulo: Editora Lutas anticapital, 2020. p. 71-86.